



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE GOVERNO MUNICIPAL

Núcleo Geração Distribuída

Viaduto do Chá, nº 15, - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01002-900

Telefone: 11 3113-9126

PROCESSO 6011.2021/0002857-3

Ata SGM/SEDP/CDP/GD Nº 059927635

São Paulo, 14 de março de 2022.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL DA PARCERIA PÚBLICO PRIVADA (PPP) NA MODALIDADE DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DO 3º LOTE DO PROJETO DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA PARA A INSTALAÇÃO E GESTÃO DE UMA CENTRAL GERADORA DE ENERGIA ELÉTRICA FOTOVOLTAICA “FAZENDA SOLAR” NA MODALIDADE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA EM IMÓVEL PÚBLICO.

1. Data, hora e local

Realizada no dia 19 de janeiro de 2022, das 15h00 às 16h00, por videoconferência, por meio da plataforma Zoom. A gravação realizada da Audiência Pública Virtual pode ser acessada através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=xhwAtSW1L10>.

2. Presentes na condução da Audiência Pública

a. Representantes da Secretaria Municipal de Governo (SGM), São Paulo Investimentos e Negócios (SPIN) e São Paulo Parcerias (SPP).

3. Ordem do dia

- a. Abertura e considerações iniciais;
- b. Apresentação da modelagem do projeto de Parceria Público Privada (PPP) na modalidade de Concessão Administrativa para implantação, operação e manutenção de Fazenda Solar em imóvel público localizado no município de São Paulo, com gestão do serviço de compensação de créditos de energia elétrica;
- c. Perguntas e respostas; e
- d. Encerramento.

4. Síntese das discussões

4.1. Abertura e considerações iniciais

A audiência pública para apresentação do projeto de Parceria Público Privada (PPP) na modalidade de Concessão Administrativa do 3º lote do Programa de Energia Limpa para a implantação, operação e manutenção de fazenda solar, com a gestão de serviços de compensação de créditos de energia elétrica. Essa sessão de audiência pública faz parte da consulta pública número 08/2021/SGM-SEDP e foi conduzida por representantes da Secretaria Municipal de Governo (SGM), São Paulo Parcerias (SPP) e São Paulo Investimentos e Negócios (SPIN). A abertura ficou a cargo da representante da SGM, sra. Letícia G. Tobias, atuando como Coordenadora de Desestatização e Parcerias.

Em suas considerações iniciais, a sra. Letícia apontou os esforços da Prefeitura de São Paulo na geração de energia limpa, que segue uma tendência global de uso consciente dos recursos naturais e redução do

impacto ambiental, especialmente a emissão dos gases do efeito estufa. Em seguida, ela destacou que esse projeto visa a geração de energia solar para o suprimento da demanda energética das unidades consumidoras vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde. Também, enfatizou a importância da consulta pública e incentivou a participação e contribuição da sociedade civil para o aprimoramento do projeto, ressaltando os canais de comunicação oficial, como o e-mail do projeto: geracaodistribuida@prefeitura.sp.gov.br. Além disso, foram informados os trâmites procedimentais da sessão de audiência pública, e divulgado o canal no YouTube da SPIN, no qual a gravação da audiência ficará disponível. Por fim, foram apresentados os demais representantes dos órgãos presentes e passada a palavra para a equipe da SPP para a apresentação do projeto.

4.2. Apresentação do projeto de Parceria Público Privada (PPP) na modalidade de Concessão Administrativa para implantação, operação e manutenção de Fazenda Solar em imóvel público localizado no município de São Paulo, com gestão do serviço de compensação de créditos de energia elétrica.

O sr. Rogério Ceron, diretor-presidente da SPP assumiu a palavra e contextualizou o Programa de Energia Limpa, destacando outras duas iniciativas que antecedem este projeto, como a instalação de 80 (oitenta) microusinas solares nos telhados das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), cujo contrato já foi assinado e será feito em parceria com a iniciativa privada. Além desse, apresentou o PMI para aplicação do modelo anterior em unidades consumidoras vinculadas a Secretaria Municipal de Educação, ressaltando, a importância da pauta ambiental para a cidade, da diversificação da matriz energética e os benefícios em termos de economia de recursos. Concluiu apontando o pioneirismo dos projetos e o impacto positivo de tais ações para todo o país, uma vez que considera que esse mesmo modelo é uma referência de PPPs de energia no Brasil. Logo após, passou a palavra para a equipe técnica da SPP.

A sra. Yumi Tagawa, Assessora de Diretoria da SPP, assumiu a palavra reiterando as falas anteriores de que o projeto se insere no âmbito do Programa de Energia Limpa da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), com foco em projetos de Parcerias Público-Privadas (PPPs) de geração distribuída e eficiência energética em prédios da PMSP. Seu objetivo é congrega a pauta ambiental com a redução dos custos administrativos com as faturas de energia, além de contribuir com a previsibilidade orçamentária.

De forma sucinta, foi explicado o significado do termo geração distribuída, utilizado no projeto, que consiste em um sistema de centrais geradoras de pequeno porte, de fontes renováveis, que injetam energia na rede de distribuição para compensar a energia consumida. Nesse sistema, a geração de energia está próxima ao local do consumo, o que traz diversas vantagens para o sistema elétrico. Também foi apontado que para as unidades consumidoras da Secretaria de Saúde que serão contempladas neste projeto, em termos regulatórios, essa é a única alternativa para a redução da fatura, bem como para qualquer consumidor que esteja no grupo de consumo em baixa tensão, sendo consumidor cativo, não podendo migrar para o mercado livre de energia.

Foi apresentado o contexto do Programa de Energia Limpa e um resumo do percurso percorrido até o momento. Atualmente, há três projetos em curso, sendo que o primeiro deles - o projeto piloto - já possui um contrato assinado e prevê a instalação de painéis solares em 80 (oitenta) UBSs. O segundo lote que está em processo de PMI, Procedimento de Manifestação de Interesse, e prevê a instalação em cerca de 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) unidades da Secretaria de Educação. Por fim, este projeto, que é o terceiro lote, em consulta pública, e prevê a instalação de painéis solares em um terreno de aterro sanitário desativado, para beneficiar as unidades da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). O programa teve início com o lançamento de um Procedimento Preliminar de Manifestação de Interesse – PPMI, em julho de 2019, para o projeto piloto, que posteriormente resultou na consulta pública e publicação do edital durante o ano de 2020, culminando com a assinatura do contrato em dezembro de 2021. Ainda em 2021, em julho, foi lançado o PMI para o 2º lote do programa; em dezembro, foi lançada a consulta pública do 3º lote do programa.

Prosseguiu-se com um resumo dos principais pontos do 3º lote do programa, que consiste em uma PPP de geração distribuída em aterro sanitário desativado e vai beneficiar as unidades consumidoras ligadas à Secretaria de Saúde, através da modalidade de autoconsumo remoto, ou seja, quando a geração de energia ocorre em lugar diferente do lugar de consumo. A potência instalada do projeto é de 5 (cinco) megawatts (MW); investimentos de 32 (trinta e dois) milhões, incluindo investimentos (28 mi – vinte e

oito milhões) e reinvestimentos (4 mi – quatro milhões); prazo de duração da PPP de 25 (vinte e cinco) anos; e a geração anual mínima prevista nos documentos e que considera a degradação dos painéis ao longo dos anos, de modo que ao final do contrato haveria uma redução de 19% (dezenove por cento) na geração de energia; o WACC (Weighted Average Cost of Capital) estimado é de 9,12% (nove inteiros e doze centésimos por cento), sendo 61% (sessenta e um por cento) correspondente ao capital próprio, enquanto os outros 39% (trinta e nove por cento) correspondem ao capital de terceiros.

Após essa introdução, a palavra foi passada para o sr. Lucas Batista, Assessor de Diretoria da SPP, que iniciou apresentando, brevemente, uma análise sobre a seleção do Aterro Bandeirantes para ser utilizado no projeto. O aterro funcionou até o ano de 2007, quando foi desativado. Ele possui uma área de aproximadamente 1,4 mi m² (um milhão e quatrocentos mil metros quadrados), e a proposta é de que a fazenda solar ocupe uma área de 67 mil m² (sessenta e sete mil metros quadrados). A primeira vantagem destacada foi dar um uso produtivo a uma área que atualmente encontra-se sem uso. A abundância de espaço disponível em relação ao requerido pelo projeto, garante maior eficiência na disposição das placas solares, facilitando a sua manutenção.

Depois disso, foi apresentado o edital, que tem como objeto uma Parceria Público-Privada para a implantação, operação e manutenção de central geradora de fazenda solar destinadas ao suprimento da demanda energética de unidades consumidoras vinculadas à SMS, com gestão de serviços de compensação de créditos de energia elétrica. A modalidade proposta é uma PPP na modalidade de concessão administrativa, com concorrência internacional. O critério de julgamento será o da oferta com menor valor de contraprestação mensal máxima, paga pelo poder concedente, sendo o valor máximo estabelecido em R\$ 400 mil/mês (quatrocentos mil reais por mês). Os interessados deverão comprovar possuir qualificação técnica exigida, por meio de: atestado de implantação e operação, de no mínimo 1 (uma) usina fotovoltaica em geração distribuída com potência instalada de 250 (duzentos e cinquenta) kilowatts (KW), correspondendo a 5% (cinco por cento) do estimado para este projeto. Está previsto ainda a possibilidade de participação via consórcio.

O contrato prevê, também, as fontes de receita – as contraprestações pagas pelo poder concedente, havendo a possibilidade de exploração de receitas acessórias. As obrigações incluem o projeto da fazenda solar, e a sua implantação, além da interação com a distribuidora para efetiva conexão; além disso, caberá a operação e manutenção dos painéis solares, e, por fim, a gestão de créditos da energia gerada. A estrutura de garantia é uma estrutura de conta vinculada de movimentação restrita (escrow account) com saldo garantia de 6 (seis) contraprestações, no valor de R\$ 2,4 mi (dois milhões e quatrocentos mil reais).

A repartição de riscos inclui uma possível alteração na Resolução 482 de 2012, prevendo que os possíveis impactos decorrentes de tal mudança seriam arcados pelo poder concedente, o mesmo se aplica para a mudança recente do Marco Legal. Em relação ao risco cambial, a proposta prevê uma repartição de riscos, caso haja uma variação cambial superior a 10% (dez por cento), após o período de, no máximo, 1 (um) mês após a assinatura do contrato. Consta ainda uma proposta de revisão automática de reequilíbrio, caso o tamanho limite de usina solar para enquadramento em geração distribuída sofra alterações.

A sra. Yumi Tagawa retomou a palavra para adentrar no cronograma do projeto, começando pela fase de implantação, prevista para ocorrer em até um ano, sendo: os dois primeiros meses para análise inicial do terreno e os planos de operação e implantação; em até 6 (seis) meses deve ocorrer a entrega e aprovação desses projetos, bem como a solicitação junto à distribuidora do acesso à rede de distribuição; após esse período inicial, adentra-se à fase de execução efetiva do projeto, com a conclusão da implantação, efetivação de acesso à rede de distribuição, emissão de ateste de comissionamento e início da operação. Apenas após essa fase é que será paga a primeira contraprestação.

O valor da contraprestação a ser paga estará vinculado ao desempenho, de modo a assegurar níveis de qualidade mínimos mediante o cálculo do fator de desempenho, que será mensurado por três índices que serão aferidos por meio de relatórios, atestados e vistorias: o índice de conformidade, o de operação e o de manutenção, sendo que o maior peso será dado ao índice de operação – 90% (noventa por cento). Os fatores de desempenho podem reduzir em até 50% (cinquenta por cento) o valor da contraprestação. A aferição será mensal, por média móvel dos últimos 12 (doze) meses, ao passo que a contraprestação

será paga mensalmente, exceto nos 12 (doze) primeiros meses, em que apenas metade do valor da contraprestação será pago, após esse período será feita a aferição e o ajuste de desempenho devido será pago.

Por fim, foram destacadas as vantagens esperadas, como: a adoção de mecanismos sustentáveis no desenvolvimento urbano; a diversificação de matriz energética; a promoção da previsibilidade orçamentária, com redução de 13% (treze por cento) nos gastos de energia; a geração de aproximadamente 475 (quatrocentos e setenta e cinco) empregos; a redução das emissões de CO2 em, aproximadamente, 35 (trinta e cinco) mil toneladas; e a utilização de uma área inadequada para demais atividades e serviços públicos à população.

Concluiu-se com a apresentação dos próximos passos previstos: ao longo do mês de janeiro a realização da audiência pública e o encerramento da consulta pública, em fevereiro serão analisadas as contribuições da consulta pública e, eventual incorporação das sugestões nos documentos editalícios, para que então seja lançado o edital. Foram passadas duas referências, para consultar os documentos, deve-se acessar o site da Secretaria de Governo Municipal, enquanto solicitações e agendamento de visitas técnicas devem ser realizados por meio do e-mail: geracaodistribuida@prefeitura.sp.gov.br.

Dessa forma, concluiu-se a apresentação do projeto e abriu-se a oportunidade para que os participantes pudessem manifestar eventuais dúvidas.

4.3. Sessão de perguntas e respostas

A sra. Maria Gabriela iniciou a sessão de perguntas e respostas. Os questionamentos e manifestações levantados foram levados por meio da plataforma Zoom via microfone ou através do chat. Dessa maneira, pôde-se destacar o seguinte:

- Pergunta via chat do sr. Halph: Boa tarde, qual a referência usada para estimar a produtividade da usina?

o Resposta da sra. Yumi Tagawa: A referência utilizada veio através das contribuições no âmbito do PPMI, do projeto piloto, em que foi estimado o fator de capacidade para o município de São Paulo. Tal fator foi utilizado como base pela equipe da SPP, acrescentando ainda o efeito positivo do uso de trackers na usina, além da diferença entre a colocação dos painéis em coberturas prediais e em solo.

- Pergunta via chat da sra. Helena Barbosa: Gostaria de saber quantas unidades consumidoras serão atendidas pelo projeto.

o Resposta da sra. Yumi Tagawa: O quantitativo ainda não foi definido, essa previsão está no caderno de encargos, e deve ocorrer no momento da ordem de início do contrato. Apesar disso, a previsão é de que serão cerca de 250 (duzentos e cinquenta) unidades.

- Pergunta via chat do sr. Fábio: As contas de consumo dos próprios deverão ser pagas pelo concessionário? Em caso positivo, como está sendo tratada a questão da incidência de impostos sobre as contas?

o Resposta da sra. Yumi Tagawa: As faturas de energia serão pagas pelo poder concedente, essa informação consta na parte da repartição de riscos.

- Pergunta via chat do sr. Halph: Sobre os custos de conexão elétrica, a SPE (Sociedade de Propósito Específico) será responsável por custear os reforços da rede? Foi realizada consulta/informação de acesso?

o Resposta da sra. Yumi Tagawa: Esse ponto dos custos de conexão consta no modelo da concessão, sendo um encargo da SPE, tais custos estão previstos nos investimentos necessários. Em relação ao parecer de acesso da unidade, ainda não foi feita nenhuma solicitação nesse sentido, por entendermos que o parecer de acesso contém muitas informações que são relativas ao modelo de negócio da SPE. Por exemplo, a potência prevista é referencial, se o concessionário, se a SPE, for capaz de entregar a geração mínima com uma potência menor do que 5 MW (cinco megawatts), isso será aceito. Também não cabe nesse momento definir quantos módulos fotovoltaicos serão necessários, ou a potência específica de cada um. Por isso, entendemos que é melhor que este seja um encargo da SPE, para que ela possa definir melhor seu modelo de negócios.

- Sugestão via chat da sra. Helena Barbosa: O custo de gerenciamento das unidades consumidoras que receberão os créditos é bastante significativo. Portanto, seria importante essa informação constar no edital, para a decisão de participação no processo.

o Resposta da sra. Yumi Tagawa: O custo de compensação dos créditos das unidades está previsto no modelo proposto. Inclusive, esse é um fator fundamental para justificar a estruturação deste projeto como uma PPP, já que será necessário um investimento significativo no primeiro ano do projeto, e ao longo dos 25 (vinte e cinco) anos é necessário que haja uma gestão adequada tanto da usina quanto da distribuição dos créditos. Essa informação consta no objeto do edital.

- Pergunta via chat do sr. Ewerton: Quais as garantias que serão ofertadas?

o Resposta da sra. Yumi Tagawa: A garantia financeira deste projeto está prevista como uma conta vinculada (escrow account), no valor de 6 contraprestações mensais, totalizando R\$ 2,4 milhões (dois milhões e quatrocentos mil reais).

- Pergunta via chat do sr. Ewerton: Qual a fonte dos recursos da escrow account? Qual a recorrência da alimentação da escrow account?

o Resposta da sra. Yumi Tagawa: A fonte dos recursos virá do tesouro, o poder concedente que fará esse aporte na escrow account. Em relação a recorrência, nos primeiros seis meses da concessão não haverá pagamento da contraprestação, então durante este período será feito o aporte, pelo poder concedente na escrow account que seguirá sendo feito mensalmente a partir da diferença do valor entre a contraprestação máxima e a contraprestação da proposta, até chegar ao saldo das seis contraprestações. Caso o valor seja utilizado, o poder concedente deverá repor o valor que foi utilizado.

- Pergunta via chat do sr. Halph: A usina será reversível ao final do prazo contratual? Como está tratada a desmobilização da usina ao final?

o Resposta da sra. Yumi Tagawa: No final do prazo contratual a usina pertencerá ao poder concedente, o que a caracteriza como um bem reversível para o poder concedente. Por isso o projeto terá duração de 25 (vinte e cinco) anos, de modo a garantir que todo o investimento realizado possa ser amortizado ao longo do período do contrato.

- Pergunta via chat do sr. Fábio: Sobre a compensação dos créditos de energia, o modelo prevê que a gestão desses serviços será prestada pela SPE, porém a compensação, de fato, é feita pela distribuidora. Como serão tratados eventuais atrasos pela distribuidora na compensação de créditos e seus reflexos no valor da contraprestação da SPE?

o Resposta da sra. Yumi Tagawa: O que será aferido consta no modelo de mensuração de desempenho. A entidade verificadora, irá aferir ao final de cada mês como foi a geração dos painéis, o que independe da distribuidora. Inclusive, um dos encargos do projeto é que a SPE tenha um sistema de gestão e de monitoramento, e uma ferramenta online para acompanhar a geração dos painéis. Eventuais problemas decorrentes da distribuidora não impactarão na mensuração de desempenho. O conteúdo das respostas desses questionamentos pode ser encontrado com maior robustez no Relatório, no qual esse Anexo faz parte. Não havendo mais manifestações, foi aguardado um período de aproximadamente cinco minutos quando foi finalizada a sessão de dúvidas.

4.4. Encerramento

Em guisa de conclusão, a sra. Letícia Tobias retomou a palavra e reiterou a possibilidade de manifestações sobre o projeto por meio dos demais canais. Ela agradeceu a presença de todos, à Secretaria de Desestatizações, à São Paulo Investimentos e à São Paulo Parcerias por todo apoio, ao público presente que contribuiu e a quem esteve presente como ouvinte. Deu-se por encerrada a audiência pública após cerca de 50 minutos, finalizando aproximadamente às 15h51 (quinze horas e cinquenta e um minutos).



Letícia Gaion Tobias
Assessor(a) Especial
Em 29/03/2022, às 15:45.
